

O PT e a guerra entre Israel e Hamas na faixa de Gaza

Franklin Goldgrub

A declaração do PT sobre a operação de guerra israelense em Gaza é um retrato perfeito de como o conflito no Oriente Médio pode ser utilizado para fins ideológicos e partidários.

Em primeiro lugar, associa Israel e Estados Unidos, segundo o conhecido mantra de que Israel é o braço do imperialismo no Oriente Médio, e atribui aos americanos a responsabilidade pelos "ataques" israelenses bem como o conseqüente dever de impedi-los.

Em segundo lugar, repete a conhecida comparação entre Israel e nazismo, que tem provado ser a cédula de identidade e o cartão de visitas do anti-sionismo militante professado pela esquerda.

Em terceiro lugar, atribui o conflito à "ocupação" israelense, argumento repetidamente usado para justificar o que tem sido chamado de "resistência palestina", vinculando Israel ao colonialismo europeu dos séculos passados.

Ao assumir uma posição anti-sionista expressa nesses termos o PT não faz senão seguir a política adotada pela esquerda a partir da ideologização do conflito do Oriente Médio, decorrente da perda de influência francesa e inglesa na região (década de 50), substituída pelos Estados Unidos e pela União Soviética.

A princípio parece estranho que a esquerda adira à posição anti-israelense defendida por regimes monárquicos de figurino medieval (alguns dos quais ainda persistem, como a Arábia Saudita e os Emiratos), bem como ao anti-sionismo visceral de suas sucessoras, as ditaduras castrenses (representadas principalmente pelo Egito, a Síria e a Líbia). Mais surpreendente ainda é a *entente* não oficial mas nem por isso menos conspícua entre a esquerda e o poder teocrático iraniano, cujas ambições nucleares são respaldadas pela Rússia, que procura recuperar o papel de potência, e a ainda comunista República Popular da China.

Uma forma de compreender essa estranha relação entre a esquerda e as ditaduras árabe/muçulmanas é examinar a história da aliança entre a União Soviética com o Egito (Gamal Nasser) e a Síria (Hafez Assad), que inaugurou o que poderia ser chamado de "Realpolitik" ideológica no âmbito do conflito do Oriente Médio. A esquerda ocidental não fez senão herdar essas diretrizes e as adotou como próprias a partir do colapso do "socialismo real".

A partir do final da década de 60 e até a dissolução do regime soviético, os princípios ideológicos e éticos foram sacrificados às conveniências da Guerra Fria, isto é, à necessidade de combater e derrotar o capitalismo. Nesse sentido, regimes e crenças cujos valores são totalmente contraditórios com o ideário marxista foram considerados aliados no confronto com o ocidente.

O fim da guerra fria, com a derrota da foice e do martelo, representou um duro golpe para os partidos políticos, sindicatos e movimentos da esquerda ocidental. As denúncias cada vez mais freqüentes dos crimes cometidos em nome do comunismo, o fracasso tecnológico das sociedades do leste europeu, o progressivo autoritarismo da revolução cubana, a transformação dos países do terceiro mundo que haviam adotado o modelo socialista em ditaduras brutais e ineficazes impactaram fortemente o pensamento e a prática do chamado campo progressista.

Assim como aconteceu com a direita alemã na seqüência da derrota na primeira guerra mundial, a esquerda pós queda do muro de Berlim e pós colapso da União Soviética, procurou emergir dos escombros mediante um gesto dramático e convincente. Ao cabo da primeira guerra mundial, depois da derrota do Império Germânico e face à ameaça da revolução comunista, a direita alemã recorreu primeiramente à perseguição política, depois à eliminação física de seus adversários (Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht) e finalmente ao nazismo.

O anti-semitismo pode ser analisado pela ótica do preconceito brutal e mesmo enquanto patologia assassina, mas representou acima de tudo uma estratégia altamente eficaz para permitir à direita teutônica manter o poder na esteira do fracasso militar que ela mesma havia provocado.

Similarmente, os argumentos utilizados pelo atual anti-sionismo da esquerda podem parecer absurdos, porque se apóiam num conjunto de contradições, omissões, distorções e análises desprovidas de qualquer base histórica e lógica. Entretanto, assim como o anti-semitismo deu impulso ao nazismo, restaurando o orgulho abalado do cidadão alemão, permitindo o roubo e o confisco de bens dos judeus, bem como do respectivo mercado de trabalho, "compensando" o trauma do pós-guerra (como a inflação recorde que se abateu sobre a Alemanha), o anti-sionismo da esquerda é igualmente uma estratégia que nada tem de espontânea ou ingênua, concebida com a finalidade de recuperar a imagem da esquerda, duramente afetada pelo fracasso do socialismo real.

Além dessa função abrangente, que explica a popularidade do anti-sionismo em toda a esquerda ocidental, trata-se, em cada país, de usar o conflito do Oriente Médio em função de interesses específicos relacionados à política local. Cada situação tem a sua particularidade. Chavez, na Venezuela, aproveita a guerra de Gaza para justificar a sua política anti-americana e

arvorar-se em defensor dos palestinos, conservando ou mesmo aumentando a sua popularidade, estratégia nada casual, sobretudo quando usada em circunstâncias como as atuais, relacionadas à queda vertiginosa do preço do petróleo em função da crise econômica.

No Brasil, não é preciso lembrar a perda do prestígio do PT (que contrasta com a popularidade irrestrita de Lula), em função dos vários escândalos em que o partido se envolveu. A classe média, notadamente, que além do acesso às notícias possui capacidade de análise, ressentido-se da pesada carga tributária e sabe que está financiando uma política de paternalismo dirigida aos mais pobres, associada a vantagens concedidas aos setores bancário e industrial, os maiores beneficiários da política econômica do governo.

A tentativa de recuperar a bandeira ética faz com que o PT mobilize a militância, servindo-se do conflito do Oriente Médio para restaurar a imagem de partido de esquerda, anti-americano e anti-capitalista. A finalidade é estancar a erosão diária ligada ao exercício do poder, com as habituais manifestações de acomodação, politicagem, favoritismo, clientelismo e corrupção.

Ninguém melhor do que o estado judeu para encarnar os demônios da "agressão imperialista", do "massacre da população indefesa", do "genocídio", papel que a aliança com os Estados Unidos torna ainda mais plausível e conveniente segundo a ótica progressista. O PT afivela assim a máscara da ética, de defensor dos oprimidos, de portavoz dos injustiçados, de corajoso representante do povo palestino... Não é improvável que a demonização de Israel se alimente também de arcaicas raízes anti-semitas presentes no "inconsciente coletivo" popular, que a prática tradicional da malhação do Judas no sábado de aleluia pode ilustrar.

Evidentemente, esse mesmo PT nunca protestou contra o bombardeio de cidades israelenses, nem contra atentados terroristas (em Israel, em Mumbai, em Madrid, em Londres, em Nova York, etc), nem contra a opressão do povo árabe em geral (não há país árabe e/ou muçulmano que não seja governado por uma ditadura; a única exceção, o Líbano, está em vias de perder essa condição, graças à Síria e ao Irã).

Muito menos protestou contra o genocídio de Darfur (300 mil mortos, 2 milhões de deslocados, visto que é praticado por um regime islâmico), nem contra a invasão do Tibet pela China, nem contra a repressão do povo birmanês pelo regime militar que governa Mianmar (apoiado pela China). Os exemplos poderiam ser multiplicados.

Mas quando aparece a possibilidade de demonizar Israel, o PT desperta de seu torpor diante das contínuas violações aos direitos humanos e se torna subitamente sensível ao sofrimento do povo palestino, cuja opressão brutal por

parte das ditaduras do Hamas e do Fatah jamais havia suscitado qualquer crítica dos companheiros...

Franklin Goldgrub, autor de "O anti-sionismo - de esquerda, direita, liberal e islâmico - Editôra Samizdat.

www.franklingoldgrub.com